



Encontros Bibli: revista eletrônica de
biblioteconomia e ciência da informação

E-ISSN: 1518-2924

bibli@ced.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

De Souza TOLENTINO, Vinicius; Dotta ORTEGA, Cristina
A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia
Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 21,
núm. 46, mayo-agosto, 2016, pp. 2-18
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianopolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14745333002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

The logo for Redalyc.org, featuring the text 'redalyc.org' in a stylized font with a red graphic element.

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ARTIGO**Recebido em:**
19/10/2015**Aceito em:**
03/12/2015

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 21, n. 46, p. 2-18, mai./ago., 2016. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2016v21n46p2

A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia

The description from the point of view of cataloguing, bibliography and catalografia

Vinicius De Souza **TOLENTINO**

Mestre em Ciência da Informação (UFMG) - viniciustollentino@gmail.com.br

Cristina Dotta **ORTEGA**

Professora do Departamento de Ciência da Informação (UFMG) - ortega@eci.ufmg.br

Resumo

Por intermédio da linguagem o mundo ganha sentido e pela língua é categorizado. Essa atividade simbólica expressa pelas palavras produz conceitos, ordenando a realidade. No contexto dos sistemas de informação, a escrita usada na representação dos documentos é trabalhada na produção de diversas camadas de produção de sentido. Propomos, assim, apresentar um processo específico da representação da informação – a descrição –, que é constituído pelo conjunto de procedimentos que visa à identificação de documentos. Considerando que sistemas de informação podem ter objetivos diferentes – como arquivísticos, museológicos e bibliográficos –, a descrição é trabalhada sob esta última abordagem. O objetivo é o de explorar o conceito de descrição dos documentos na Catalogação, na Bibliografia e na Catalografia, considerando que essas áreas propõem fundamentos necessários aos desafios da atividade de produção dos diversos repertórios bibliográficos contemporâneos, além de constituírem a gênese do processo descritivo. A pesquisa é de cunho exploratório e o seu método é o bibliográfico. Conclui que a discussão entre as três áreas é interessante, pois não é mais possível dar respostas práticas ou acadêmicas predominantemente em torno de normas ou tecnologia.

Palavras-chave: Descrição. Catalogação. Bibliografia. Catalografia.

Abstract

Language gives meaning to the world and idiom categorizes it. This symbolic action expressed through words produces concepts, puts order into reality. On the context of the information systems, written language used on the presentation of documents, is used to produce many layers of meaning. We propose, therefore, to present a specific process of information representation – description – that consists in an ensemble of procedures which aims to identify documents. Considering that systems of information can have different purposes – archival, museologic, bibliographical – description is studied through this last one. The purpose is to explore the concept of description of documents in Cataloguing, in Bibliography and Catalografia, considering that these areas purpose the necessary fundamentals to the challenges of the activity of producing the many contemporary bibliographic repertories, and also the fact that they constitute the genesis of the descriptive process. The research is exploratory and its method is bibliographical. We conclude saying that the discussion between the three areas is relevant, for it is not possible anymore to offer practical or academical answers predominantly around norms or technology.

Keywords: Description. Cataloguing. Bibliography. Catalography.



v. 21, n. 46, 2016
p. 2-18
ISSN 1518-2924



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1 INTRODUÇÃO

Por intermédio da linguagem o mundo ganha sentido e pela língua é categorizado. Essa atividade simbólica expressa pelas palavras produz conceitos, ordenando a realidade. No contexto dos sistemas de informação, a escrita usada na representação dos documentos é trabalhada na produção de diversas camadas de produção de sentido.

Propomos apresentar um processo específico da representação da informação – a descrição –, que é constituído pelo conjunto de procedimentos que visa à identificação de documentos. Considerando que sistemas de informação podem ter objetivos diferentes – como arquivísticos, museológicos e bibliográficos –, a descrição é trabalhada sob esta última abordagem. O objetivo é o de explorar o conceito de descrição dos documentos na Catalogação, na Bibliografia e na Catalografia, considerando que essas áreas propõem fundamentos necessários aos desafios da atividade de produção dos diversos repertórios bibliográficos contemporâneos, além de constituírem a gênese do processo descritivo.

Em catálogos e bibliografias são realizadas a identificação e a seleção de documentos, seu registro e, eventualmente, sua localização para acesso. O processo para a produção dos registros dos documentos pode ser nomeado de catalogação, embora muitas vezes este termo seja usado de modo restrito à produção de catálogos de bibliotecas. Nesta pesquisa, utiliza-se a forma ‘catalogação’ para tratar do processo documentário responsável pelo uso dos instrumentos normativos e suas aplicações concretas, como as da prática profissional e das pesquisas experimentais, e a forma ‘Catalogação’ para designar os aspectos conceituais e metodológicos que sustentam a realização do processo, assim como os conceitos básicos adotados para seus instrumentos e produtos. O mesmo recurso é adotado para tratar da produção de bibliografias e da Bibliografia que busca explicitar e fundamentar essa produção.

A pesquisa é de cunho exploratório, pois tem a finalidade de “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos” (GIL, 2009, p. 27). O método que delineou a pesquisa foi o bibliográfico.

O artigo encontra-se dividido em três seções, a saber: a descrição na Catalogação, a descrição na Bibliografia e a descrição na Catalografia. A seção ‘a descrição na Catalogação’ discorre sobre a descrição na corrente predominante anglo-americana, conhecida como catalogação, e a descrição na corrente europeia, usualmente denominada análise documentária, ou compondo parte dela. A terceira seção, ‘a descrição na Catalografia’, trata da descrição na Catalogação e na Bibliografia, pois o termo foi proposto no contexto destas duas áreas.

2 A DESCRIÇÃO NA CATALOGAÇÃO

2.1 A descrição na corrente predominante anglo-americana: catalogação

A predominância da corrente anglo-americana se explica, inicialmente, pelo reconhecimento dos estudos de Panizzi, no século XIX, como sendo um dos primeiros a configurar um modo de consolidação de princípios de Catalogação. A Catalogação desenvolvida nos Estados Unidos, no final deste século e início do seguinte, foi herdeira destes avanços, e contou ainda com o desenvolvimento de vários códigos, a discussão intensa em torno do tema e, principalmente, propostas de catalogação centralizada, incluindo uso de tecnologias para a reprodução das fichas.

De fato, segundo Malinconico (1977, p. 312), já em 1898, a *Library of Congress* (LC) passou a produzir fichas catalográficas impressas de seu acervo e, em

1901, três anos depois, Herbert Putnam, bibliotecário da LC, inaugurou um programa que fazia cópias de fichas para outras bibliotecas nos Estados Unidos. A criação e adoção dessa tecnologia foi um importante passo na era moderna de padronização do controle bibliográfico. Essas ações, entre outras, permitiram aos Estados Unidos, no início do século XX, com a ajuda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), atuarem na criação de universidades em países como a Coreia e a Índia. A partir dessa iniciativa, ocorreu também o envio regular de pessoas para se profissionalizarem ou se aperfeiçoarem em universidades dos Estados Unidos e Inglaterra, principalmente oriundas de países onde não existiam escolas de Biblioteconomia (BARBOSA, 1978).

Apesar de todo ineditismo no processo de aplicação tecnológica na catalogação, a LC passou a questionar seu trabalho constatando que: a compilação das regras não era realizada de modo sistemático; as regras estavam ultrapassadas; e as décadas de práticas em catalogação da LC não respondiam aos casos em que os catalogadores procuravam orientação. A comunidade norte-americana estava sentindo os efeitos de quase meio século de dependência da catalogação da LC e os problemas da catalogação cooperativa eram evidenciados quando os bibliotecários tentavam se guiar pela técnica de catalogação da LC e percebiam que desconheciam as regras em que se baseavam suas práticas (LIBRARY OF CONGRESS, 1956, p. 4; GORMAN, 1982, p.128).

Nesse contexto, Andrew Osborn, em 1941, publicou um célebre artigo intitulado *"The crisis in cataloging"*, gerando grande repercussão entre os bibliotecários. O estudo de Osborn (1941) versava sobre a filosofia dos códigos e a sua relação com a catalogação, solicitando para isso uma cooperação entre os administradores e os catalogadores. O bibliotecário australiano identificou o que chamou de teorias de catalogação: legalista, perfeccionista, bibliográfica e pragmática.

A teoria legalista é considerada a predominante. Nessa teoria as regras e definições precisam cobrir todos os pontos colocados na ficha e as questões litigiosas são resolvidas por uma autoridade que é acionada. As decisões tomadas são puramente arbitrárias, visto que os pontos em discussão são simplesmente uma questão de gosto ou julgamento. O legalista possui três pontos fracos: o primeiro refere-se ao tratamento de assuntos que são deixados de lado; o segundo trata do processo interminável de formulação de regras e decisões que sempre são retomadas; e o terceiro ocupa-se do enfraquecimento das razões e princípios, pois a catalogação torna-se cada vez menos uma questão de compreensão de princípios e mais uma questão de mera aprendizagem de regras e definições arbitrárias (OSBORN, 1941, p. 395, 397-398).

A teoria perfeccionista é guiada pelo desejo compulsivo que o catalogador possui de catalogar um livro em todos os aspectos com o intuito de o trabalho ser feito uma única vez. Contudo, sabe-se que classificações, cabeçalhos de assunto e outros detalhes estão sujeitos a mudanças com o passar do tempo, pois necessidades e gostos mudam e com isso os elementos da catalogação guiados por essas necessidades e gostos também se vão (OSBORN, 1941, p. 399).

A teoria da catalogação bibliográfica apresentada por Osborn (1941, p. 400) mostra como a relação entre a catalogação e a bibliografia é evidente. A catalogação é entendida como um ramo da bibliografia descritiva. A coleção – conjunto de elementos descritivos, como paginação, ilustração, formato – e a área de notas são as mais afetadas nessa teoria.

Por último, a teoria pragmática, alerta para alguns pontos: as regras e os padrões precisam ser definidos pelas práticas das diferentes bibliotecas; as descrições devem ter três níveis, a saber: o padrão, o simplificado e o detalhado; os métodos de catalogação cooperativa precisam ser explorados; as regras para catalogação devem ser poucas e simples para que os catalogadores usem o bom

senso e não esperem uma regra ou um precedente para orientá-los em todas as decisões (OSBORN, 1941, p. 403-404).

Segundo Gorman (1982, p. 129), Osborn pedia racionalidade na catalogação e um abandono do formalismo em favor de uma ética de catalogação que fosse prática, eficaz e preocupada com o usuário do catálogo. Contudo, suas contribuições foram ignoradas nas quatro décadas seguintes.

Segundo Delsey (c1989), as normas para catalogação descritiva têm sido alteradas há mais de um século em virtude, tanto do desenvolvimento da teoria de catalogação, com as importantes contribuições de Lubetzky, quanto pela força da prática. Durante as décadas de 1970 a 1980, dois fatores tiveram impacto significativo no desenvolvimento das normas de catalogação: a primeira é a economia na catalogação compartilhada, e a segunda é a aplicação da tecnologia computacional no processo de catalogação.

A economia na normalização da catalogação descritiva remete ao nível de descrição. A descrição padrão ou de primeiro nível criada por uma agência bibliográfica pode ser utilizada por qualquer outro catálogo, eliminando assim o esforço da duplicação do trabalho. Essa tem sido a base para os programas de catalogação das agências bibliográficas nacionais e para os projetos de catalogação cooperativa (DESLEY, c1989, p. 51).

O reconhecimento dos benefícios da catalogação cooperativa estimulou a melhoria na padronização dos registros nas décadas de 1970 e 1980, tanto nos Estados Unidos como internacionalmente, e fez emergir uma ampla e elaborada rede de apoio para o cumprimento das regras de catalogação de maneira padronizada (DESLEY, c1989, p. 52).

A aplicação da tecnologia computacional no processo de catalogação trouxe demandas cada vez mais exigentes para a confecção dos registros bibliográficos. A mudança de *layout* dos registros em comparação com as fichas catalográficas não foi de extrema importância, mas os processos informatizados referentes ao arquivamento e à indexação levaram a uma diminuição das variações e inconsistências (DESLEY, c1989, p. 54).

A capacidade de organização, aliada à política de formação e divulgação dos métodos adotados e produtos gerados levou, com o tempo, a uma aceitação praticamente internacional deste modelo de trabalho.

O Código Anglo-Americano de Catalogação (AACR) – código que é, hoje, a base deste modelo – foi adotado por muitos países, como o Brasil. Sua segunda edição, de 1978, incorporou os estudos da Norma Internacional de Descrição Bibliográfica (ISBD), a qual determina os elementos de dados a serem registrados ou transcritos em uma ordem específica para a descrição do item que será catalogado, utilizando uma pontuação com o intuito de facilitar a comunicação internacional das informações bibliográficas (DESCRIÇÃO..., 2012). A ISBD serviu de base para construção de códigos ou regras de catalogação de aplicação nacional em todo o mundo.

O ensino de Biblioteconomia no Brasil recebeu forte influência do modelo anglo-americano a partir da criação do curso de Biblioteconomia no Instituto Mackenzie, na cidade de São Paulo, em 1929, posteriormente ao curso da Biblioteca Nacional de 1911, implantado em 1915, no Rio de Janeiro. Souza (2003, p. 78) relata que, nos 30 primeiros anos do século XX, a capital paulista vinha tentando superar o Rio de Janeiro na economia e na política, e o centro de onde saíam os modelos a serem assimilados era os Estados Unidos, em função do papel predominante que este país passou a exercer.

Constata-se que a descrição, na corrente anglo-americana, foi trabalhada de um modo relativamente arbitrário até a época da publicação do estudo de Osborn (1941). Contudo, iniciativas como os estudos de Lubetzky e a publicação da ISBD e do código AACR2 mudaram consideravelmente essa realidade, apesar da

necessidade, ainda atual, de elaboração de maior base intelectual ao processo, em detrimento da norma como elemento primordial para sua compreensão. Nessa corrente anglo-americana, verifica-se, também, que a descrição é discutida privilegiando-se o ponto de vista dos processos efetuados em bibliotecas.

2.2 A descrição na corrente europeia: a análise documentária

O entendimento da descrição segundo a abordagem europeia envolve uma peculiaridade que é o foco na representação temática, decorrendo em maior desenvolvimento desta. Os aspectos descritivos propriamente ditos são, em grande medida, baseados no modelo anglo-americano, mas há implicações nos modos como o processo documentário como um todo é considerado, motivo pelo qual merecem ser aqui abordados.

Além disso, há ao menos dois modos de compreensão da Análise Documentária, o que envolve a descrição, como tratamos a seguir.

A análise é entendida como o estudo do todo em função de suas partes, e a análise documentária como aquela que é constituída por um conjunto de operações que trabalham com o conteúdo e com a forma dos documentos, reelaborando-os e transformando-os em outros de caráter instrumental ou secundário (PINTO MOLINA, 1993 *apud* GARRIDO ARILLA, 2006).

Guimarães, Moraes e Guarido (2007, p. 94-95) fazem uso do termo análise documentária para tratar das vertentes predominantes do tratamento temático dos documentos, assim denominadas: *subject cataloguing*, *indexing* e *analyse documentaire*.

A primeira vertente se constituiu a partir do termo '*subject cataloguing*', de origem predominantemente anglo-americana, norteadas pelos princípios de catalogação alfabética de assunto, de Cutter.

A segunda vertente centra-se na ótica do termo inglês '*indexing*', no qual os índices como produtos do tratamento temático da informação procedem da utilização de linguagens de indexação, observando-se uma preocupação de natureza teórica acerca de sua construção. Essa vertente é influenciada, em grande parte, pelos trabalhos do *Classification Research Group*, da Inglaterra.

A terceira vertente, a '*analyse documentaire*', de orientação francesa (com nítidos reflexos na tradição científica espanhola), foca o processo temático, explicitando procedimentos dirigidos à identificação e seleção de conceitos para posterior representação, sendo fortemente apoiada na Linguística.

No âmbito dos níveis de análise nesta terceira vertente, quando se representa o documento no nível da sua manifestação, fala-se em 'análise formal' ou 'análise externa', e quando se analisa o conteúdo intelectual de um documento, nomeia-se de 'análise interna' ou 'análise de conteúdo' (GARRIDO ARILLA, 2006). Segundo esta autora (2006), a 'análise formal' atua sobre a forma identificando os dados externos do documento, distinguindo-o de outros, e proporcionando assim uma identificação individual do objeto. A 'análise interna' opera sobre o conteúdo intelectual do documento com finalidade de elaborar representações condensadas que permitam ao leitor identificar o conteúdo do documento.

Os níveis de análise estão relacionados aos elementos que integram o documento: forma e conteúdo. Cada nível de análise conta com campos teóricos concretos e, por conseguinte, com suas próprias operações, que podem ser efetuadas em maior ou menor profundidade, em função das demandas e necessidades científico-informativas dos usuários (PINTO MOLINA, 1989, p. 331).

Os elementos integrantes do documento, forma e conteúdo, relacionam-se ao que Otlet (1934) propôs fazendo uso dos termos continente e conteúdo do livro. Para ele, o continente é uma certa forma do livro e uma certa língua na qual se expressam as ideias, ou seja, os elementos materiais, gráficos, linguísticos e intelectuais do livro são relativos ao continente ou forma no sentido amplo da

palavra. O conteúdo do livro são as ideias que se referem a um certo assunto, consideradas em um certo lugar e em um certo tempo; os elementos de conteúdo ou fundo são os científicos ou literários (ORTEGA, 2010, p. 14).

A dicotomia na compreensão da estrutura e dos elementos de um documento, como tratado nessa vertente da Análise Documentária, tem por referência autores da Linguística, como Saussure e Hjelmslev. García Gutiérrez (1984) trabalha com essa divisão a partir do entendimento do signo linguístico de Saussure. Segundo García Gutiérrez (1984, p. 65 *apud* ORTEGA, 2010, p. 13), o documento científico é compreendido pela forma e fundo do continente e do conteúdo. A forma do continente remonta ao suporte material, papel, formato, e o fundo do continente aponta para os elementos de identificação do documento, como o título, o autor, o ano, editora, etc. A forma do conteúdo refere-se à exposição, à apresentação dos dados, à estrutura, e o fundo do conteúdo são os conceitos utilizados. Assim, o tratamento da forma e do fundo do continente refere-se à descrição física e dos elementos de identificação do documento, e o tratamento da forma e do fundo do conteúdo do documento refere-se à atribuição de seus assuntos (fundo), processo que faz uso da estrutura de apresentação dos conteúdos do documento (forma) (ORTEGA, 2010, p. 13).

As diversas contribuições e reflexões realizadas por parte dos pesquisadores da Análise Documentária podem ser agrupadas em torno de duas correntes teóricas. Uma, chamada de ‘corrente integrada’, adota uma ‘técnica integral’ que concebe a análise documentária como um conjunto de operações que se efetua tanto no nível da forma documental quanto do conteúdo; e outra nomeada de ‘corrente restritiva’, reduz-se somente às operações de ‘análise interna’, ou seja, de análise de conteúdo (PINTO MOLINA, 1989; GARRIDO ARILLA, 2006).

Segundo Garrido Arilla (2006, p. 345), os principais autores da ‘corrente integrada’ da Análise Documentária são: Vickery (1969), Mijailov, Chernii e Guiliarevskii (1973), Fondin (1977), Couture de Troismonts (1975), López Yepes (1978), Amat Noguera (1979, 1988), Pinto Molina (1989, 1993), Ruiz Pérez (1992) e Guinchat e Menou (1994). Por sua vez, dentre os autores da ‘corrente restritiva’ destacam-se: Gardin (1964), Chaumier (1974) e García Gutiérrez (1984), a despeito da abordagem integrada do documento com que este autor trabalha.

Os autores da ‘corrente integrada’ adotam termos diferentes para tratar da ‘análise formal’. Mijailov, Chernii e Guiliarevskii (1973) e Vickery (1969) falam em catalogação, Couture de Troismonts (1975) adota o termo *signalement*¹, Fondin (1977), Guinchat e Menou (1994), López Yepes (1978), Amat Noguera (1979, 1988) e Pinto Molina (1989, 1993) usam descrição bibliográfica e/ou catalogação e Ruiz Pérez (1992) trabalha com o termo descrição bibliográfica.

Interessante observar como os autores da corrente integrada explicam o processo de análise formal. Inicialmente, entendem que o documento, como elemento acumulador e difusor de informação, é o objeto de estudo da Análise Documentária, de tal modo que sua representação se dá a partir da compreensão da estrutura dicotômica do documento: forma e conteúdo. Ou seja, a descrição na corrente integrada é abordada a partir da forma das estruturas documentais. Segundo Moreiro González, a

descrição da estrutura superficial, descrição externa ou
catalogação busca a identificação do documento-objeto de

¹ O termo *signalement* pode ser traduzido como relato. No caso da ‘análise formal’, esse termo representaria um relato do documento que determina as características que o identificam (autor, título do trabalho/título da publicação periódica ou série, edição, volume ou tomo, ano, fascículo, ano de publicação, número de páginas ou primeira e última página em se tratando de um artigo) (COUTURE DE TROISMONTS, 1975, p. 54).

informação, dando-se assim a primeira operação fundamental para transferir a carga informativa dos textos. A catalogação confirma a existência de um documento e concede a ele seus traços diferenciais de identificação física como objeto integrado a uma coleção. Os atributos dos documentos são reconhecidos por meio da coleta dos dados de sua estrutura formal (MOREIRO GONZÁLEZ, 2004, p. 24 *apud* ORTEGA, 2010, p. 13-14).

Na corrente europeia, podemos constatar que os conceitos levantados sobre descrição, a qual é caracterizada como processo de ‘análise formal’, são mais amplos, contemplando as atividades executadas tanto em ambientes de bibliotecas, quanto nos sistemas de informação científica, podendo também contemplar outros sistemas que surgiram posteriormente.

3 A DESCRIÇÃO NA BIBLIOGRAFIA

A bibliografia é um instrumento utilizado pelo homem para orientar o acesso e uso da abundante produção de informação, ao facilitar a recuperação dos conteúdos produzidos. A Bibliografia se ocupa da representação do escrito, do mapeamento, da organização, do acesso e, portanto, da mediação que uma cultura escrita oferece a si mesma. “Nesse sentido a bibliografia é uma espécie de ‘espelho epistêmico’, dentro do qual uma civilização reflete as suas estruturas” (CRIPPA, 2012, p. 54).

Os procedimentos biblioteconômicos tendem a reduzir as bibliografias a formas de representações descritivas, como a referência bibliográfica. Apesar de discutir nesse trabalho apenas os aspectos descritivos provenientes das bibliografias, a Bibliografia não se ocupa somente dessa atividade. Por isso apresentamos a seguir as correntes teóricas que sustentam a elaboração desse produto bibliográfico.

A etimologia da palavra bibliografia vem do agrupamento dos termos do grego pós-clássico *biblion*, livro e *graphein*, escrever. Esta definição existiu até o século XVII quando a definição de bibliografia ‘escrita sobre os livros’ foi adotada na França, baseada nos termos *biblion*, livro e *graphein*, descrever, resultando na definição ‘descrição dos livros’ (MORALES LÓPEZ, 2008, p. 17-18). Este autor (2008, p. 18), ao descrever a etimologia da palavra bibliografia, destaca que, com a aparição e consolidação da imprensa, quando se fala *biblion*, tem-se em mente o livro impresso, porém é indispensável levar em conta que quando os gregos empregavam *biblion* faziam alusão ao que hoje se designa obra, entendida como “volume ou volumes que contém um trabalho literário completo”.

As primeiras propostas voltadas a uma conceituação formal da Bibliografia, de acordo com Morales López (2000, p. 155), constaram de três vertentes: “a primeira afirma que a bibliografia era um conhecimento dos manuscritos; a segunda que era a ciência do livro; e a terceira que era a descrição dos livros”.

A primeira vertente, que trata a Bibliografia como o conhecimento e interpretação dos antigos manuscritos, é datada de 1704 e é considerada a primeira definição de que se tem notícia. Os autores dessa corrente entendem que a finalidade de conhecer o valor dos manuscritos se dava pelo estudo profundo das características materiais e intelectuais e que essa compreensão corresponde à da filologia moderna.

A segunda vertente refere-se à ciência do livro que inclui os impressos e os manuscritos. Essa definição foi proposta no momento em que começou a ter importância falar de grandes ciências que abarcavam o estudo de um fenômeno ou objeto, o que ampliou o estudo dessa disciplina (MORALES LÓPEZ, 2000, p. 154). Gabriel Peignot é considerado, nessa vertente, um autor de destaque, com a

publicação, em 1802, do *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, em que afirma que a Bibliografia necessitava de uma parte teórica, a qual chama de **Bibliologia**. A justificativa dessa afirmação pautava-se no aumento da produção de obras bibliográficas durante esse período, que proporcionava um estado de amadurecimento da Bibliografia, porém, para isso, era necessário aprofundar os aspectos teóricos de seu estudo para sistematizar cada um de seus componentes e, para isso, uma ciência geral que estudasse os princípios elementares da ciência bibliográfica era necessária (MORALES LÓPEZ, 2008, p. 35).

A última vertente, que entende a Bibliografia como descrição dos livros, nasceu entre os eruditos da Alemanha, durante o período do império de Napoleão (1812-1879), e estabeleceu a Bibliografia como uma ciência auxiliar da história na França. A maioria dos bibliógrafos desse tempo tinha diversas ocupações, em especial a História, e a bibliografia era um instrumento que apoiava os interesses intelectuais dos historiadores. Essa vertente sofreu grande influência do mercado editorial que existia na Alemanha. Também pode-se considerar que, nela, ocorreu a consolidação da técnica de descrição de livros impressos e de algumas outras tarefas relacionadas, como a da Biblioteconomia (MORALES LÓPEZ, 2000, 2008).

Louise Malclès (1956) localiza a Bibliografia como um ramo da Bibliologia e não como uma ciência autônoma, que se propõe buscar, identificar, descrever e classificar documentos impressos com o fim de construir repertórios adequados, facilitando o trabalho intelectual. Nessa abordagem de Bibliografia é perceptível a influência de Peignot (MORALES LÓPEZ, 2008, p. 46).

Para Malclès (1956, 1962), a concepção da Bibliografia pode ser denominada por épocas, conforme a seguinte cronologia:

- século XVI: época erudita – marcada pela invenção e expansão da tipografia;
- século XVII: época histórica – marcada pelo espírito científico e pela crescente produção de livros;
- século XVIII-1789: época histórica e científica – marcada pela expansão da erudição científica em que as ciências e a produção de conhecimento se diversificam;
- 1790-1810: época literária e bibliófila – marcada pelo ideal nacionalista da Revolução Francesa e pela elaboração do código de catalogação francês de 1791;
- 1810-1914: época artesanal – marcada pelo surgimento da biblioteca pública e pelo desenvolvimento do ensino público; e
- a partir de 1914: época técnica – marcada pela consolidação de centros de documentação com a missão de empreender esforços para a organização em nível internacional de serviços e produtos em documentação por meio das atividades bibliográficas.

Simón Díaz (1971, p. 13), professor catedrático de Bibliografia da *Universidad Complutense de Madrid*, em suas investigações histórico-literárias das fontes de literatura espanhola, compilou seis significados para o termo bibliografia, extrapolando as três vertentes apresentadas posteriormente por Morales López (2008). Simón Díaz (1971) apresenta interpretações desenvolvidas no decorrer do tempo que não desapareceram em absoluto. Os significados são: 1) listas de livros; 2) conhecimento dos manuscritos; 3) ciência do livro; 4) ciência das bibliotecas; 5) ciência dos repertórios; e 6) parte da Documentação que se ocupa dos impressos.

O primeiro significado, listas de livros, calcado nos estudos de Malclès (1956, 1962), denota relação descritiva de títulos de livros, elaborada por eruditos ou livreiros para orientar o processo de elaboração das listas. Simón Díaz (1971) elenca alguns tratadistas que trabalham com esse entendimento, a saber: Besterman (1950), que entende bibliografia como uma lista de livros seguindo um princípio

diretor; Clapp (1950), que se refere a uma técnica de produzir sistematicamente listas descritivas de obras; e Robinson (1966), que nomeia bibliografia como uma preparação de listas de obras.

O segundo significado de bibliografia, conhecimento dos manuscritos, relaciona-se ao conceito neoclássico que traduz o sentido original da palavra grega *biblion*, como designação da arte e ofício dos copistas.

O terceiro significado, ciência do livro, refere-se à produção do livro (arte tipográfica) e do livro em si mesmo (história, catalogação, classificação, questão autoral e valores intrínsecos), porém a finalidade da ciência não fica clara.

Ao discorrer sobre o entendimento de Bibliografia como a ciência das bibliotecas (quarto significado), Simón Díaz (1971) destaca que esse pensamento ficou centrado na França durante o período da Revolução Francesa, quando o governo francês confiscou os acervos. Com a necessidade de ordenar, organizar e catalogar toda a produção bibliográfica confiscada no território francês, estudos foram feitos com o intuito de acelerar esse mapeamento. Em um dos relatórios redigidos por François-Urbain Domergue, em 1793, no '*Bureau central bibliographique*', chegou-se à conclusão de que a Bibliografia era mais que uma ciência do livro, era uma ciência das bibliotecas. Contudo, com o aparecimento da Paleografia, da Diplomática e com o desenvolvimento da Biblioteconomia, essa compreensão foi deixada de lado.

O quinto significado apresentado por Simón Díaz (1971), a ciência dos repertórios, é identificado a partir dos estudos de Gabriel Peignot ao trabalhar com a Bibliologia, reservando a Bibliografia para os estudos dos repertórios.

A última significação da Bibliografia parte da Documentação, que se ocupa dos impressos, e se explica pela abrangência dos estudos de Paul Otlet. O entendimento de que a Documentação teria alcance, métodos e instrumentos mais ambiciosos deixou a Bibliografia resignada a uma fase pré-documental no processo histórico de constituição daquela.

Percebe-se que as épocas apresentadas por Malclès (1956, 1962) complementam as significações dadas para o nome bibliografia por Simón Díaz (1971). A única interpretação diferente refere-se aos manuscritos: Simón Díaz reconhece a vertente que trabalha Bibliografia como o conhecimento dos manuscritos, diferente de Malclès que não identifica a Bibliografia antes da criação da imprensa. Malclès, ao negar a origem da Bibliografia antes da imprensa, justifica que as bibliografias nascem com a tecnologia utilizada para a elaboração dos livros e não com o trabalho intelectual necessário para formar e organizar as listas das obras (MORALES LÓPEZ, 2008, p. 21-22).

Quanto aos propósitos e metodologias de elaboração das bibliografias, Pensato (1994, p. 48) esclarece que a realização dessa tarefa compreende três níveis: a) nível cultural: referente às decisões preliminares a serem tomadas pelo responsável que está compilando a bibliografia (como seleção, delimitação do tema e problemas que tais decisões comportam); b) nível técnico: questões relacionadas à metodologia e à técnica de trabalho bibliográfico concreto (coleta do material, modo de citar, descrever e anotar, ordenação do material selecionado, organização geral do repertório, incluindo os pontos de acesso); e c) nível topográfico-editorial: que tem a ver com a representação do trabalho bibliográfico convertido em repertório impresso ou em bases de dados referenciais.

A Bibliografia pode ser dividida em duas grandes áreas, de acordo com Bowers (1975, p. 41-44): a enumerativa e a analítica. A enumerativa se ocupa da construção de listas de livros, artigos e outros escritos sobre um determinado tema ou assunto, e a analítica investiga a técnica acerca da impressão de livros específicos, ou da prática geral de impressão, baseada exclusivamente na evidência física dos próprios documentos.

A Bibliografia analítica desdobra-se em mais dois ramos: o descritivo e o textual (ou crítico). A bibliografia descritiva tem por função registrar os detalhes bibliográficos de um documento que foi investigado durante o processo de bibliografia analítica, ou seja, a compilação em forma de relatório em que o bibliógrafo descreve as marcas encontradas no documento analisado, evidenciando as peculiaridades de um item que por vezes não podem ser adequadamente descritos numa bibliografia analítica. A bibliografia textual ocupa-se das aplicações que evidenciam a Bibliografia analítica no que concerne aos problemas textuais, em específico no significado de um escrito e sua diferente apresentação em outros idiomas.

O trabalho bibliográfico, de acordo com as autoras Figueiredo e Cunha (1967, p. 16), é classificado em quatro etapas ou operações, a saber: a pesquisa, a transcrição, o resumo e o arranjo. A 'pesquisa' responde pela busca dos documentos, segundo um plano pré-estabelecido. Na 'transcrição' (chamada de referência bibliográfica pelas autoras, em referência ao produto desta etapa), registra-se dados que permitem a identificação dos documentos, no todo e em suas partes. O 'resumo' segue a referência bibliográfica e pode ser aplicado tanto ao aspecto material dos documentos quanto ao texto dos documentos. O 'resumo', segundo as autoras, apresenta-se sob três formas: o 'resumo indicativo' orienta o leitor quanto à seleção dos documentos; o 'resumo informativo' permite ao leitor recusar a leitura dos textos; e o 'resumo crítico' apresenta uma opinião sobre o documento. O 'arranjo' refere-se à ordem de apresentação das referências bibliográficas acompanhadas ou não do resumo.

De acordo com Pensato (1994), por meio dos significados de Bibliografia, é possível identificar uma linha conceitual que perpassa os estudos do suporte físico de signos registrados, do produto de atividades tecnológicas, artesanais e artísticas e da memória de mensagens, informações e técnicas de produção.

Na apresentação das definições de Bibliografia verifica-se o papel de destaque da descrição. Desde a compreensão de uma ciência do livro até os aspectos de elaboração de repertórios bibliográficos, os produtos elaborados pela Bibliografia exigem a produção de uma mensagem sobre um objeto, logo, uma descrição.

4 A DESCRIÇÃO NA CATALOGRAFIA

De acordo com Morales López (2008, p. 59), a Bibliologia, como denominação da ciência que estuda aspectos teóricos do livro, teve aceitação, sobretudo, a partir de meados do século XIX. As limitações impostas pelo aspecto descritivo do termo Bibliografia provocavam confusão entre a prática de elaboração de repertórios bibliográficos ou listas de títulos de livros, e a teoria, encarregada nesse momento de codificar e regular a elaboração dessas listas ou repertórios, além do estudo de outros aspectos do livro.

A sistematização enciclopédica e teórica apresentada por Peignot, em 1802, em seu *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, retoma elementos da ciência histórica e bibliográfica para consolidar a teoria da ciência do livro. De acordo com Saldanha (2012, p. 169), esse trabalho propõe ser uma obra didática para os estudos bibliológicos, incluindo a explicação dos principais conceitos em torno do termo 'livro' e passando pelas bibliotecas e sistemas bibliográficos.

Em seu Dicionário, Peignot (1804) apresenta os termos catalogografia e catalogografo (ou catalogógrafo) conceituando-os como:

Catalogógrafo. Redator de catálogos. A arte de bem redigir um catálogo demanda conhecimentos bibliográficos bastante abrangentes e grande precisão.

Catalogografia. Palavra inventada pelo abade Rive para expressar a arte de compilar catálogos (PEIGNOT, 1804, p. 87).

Essa publicação preparou terreno para o desenvolvimento da disciplina Documentação, no início do século XX, proposta por Otlet no Tratado de Documentação (MORALEZ LÓPEZ, 2008, p. 56). Otlet (1934, 1996, p. 287) utilizou o termo catalogografia do seguinte modo. Para ele, a bibliografia é um caso da catalogografia geral, aquele em que está em questão o livro. A catalogografia geral pode ser definida como: inventário, relação, cadastro, catálogo em lista, com vistas a conhecer a consistência dos conjuntos de todos os casos (documentos, seres, fenômenos, eventos e fatos); estabelecido em graus mais ou menos detalhados; objetivamente (caracteres) e subjetivamente (apreciação, valor); organizado em conjuntos mais ou menos universais; dando lugar a ordens de classificação baseadas nas várias características e facilitando encontrar as coisas; permitindo a identificação da coisa, ou seja, a afirmação de uma relação entre um dos exemplares ou indivíduos e toda a classe descrita no catálogo. Otlet afirma que os estudos para a identificação das obras baseiam-se nos signos (caracteres) tipográficos e na relação com o papel sinalizado pelas marcas convencionais aplicadas nos objetos. O catálogo é descrito como um substituto do objeto, porque não se tem a posse do objeto, ou porque o mesmo é muito extenso para ser conservado e manipulado, ou porque, existindo um só exemplar, não se pode colocá-lo em ordens de classificação diversas. Por fim, Otlet fala que a catalogografia dos objetos distingue-se pela determinação das classes, dos tipos e das coisas, como na descrição de vegetais e animais, além das coisas em sua existência individual que são numeradas (na forma de estatísticas), cada vez mais registradas e contabilizadas.

Izquierdo Arroyo (1994, p. 167), em estudo sobre o Tratado de Documentação, compreende a catalogografia como a arte de dispor os catálogos e os produtos documentários derivados dessa arte, como os inventários, resumos e listas.

Na publicação 'Elementos de Bibliologia', Houaiss (1967), ao apresentar o livro como objeto teórico de conhecimento, categoriza-o em cinco áreas de atuação, com suas respectivas disciplinas, a saber: sua história, sua sistematização orgânica, sua produção, sua conservação e sua posse ou retenção pessoal.

1. Do ponto de vista de sua história: biblio-historiografia.
2. Do ponto de vista de sua sistematização orgânica:
 - bibliologia;
 - bibliografia;
 - bibliotecologia;
 - bibliotecografia;
 - biblioteconomia.
3. Do ponto de vista de sua produção:
 - bibliotechnia (bibliotécnica);
 - bibliotecnologia;
 - bibliotecnografia;
 - editoração;
 - bibliotecotecnia (bibliotecotécnica);
 - bibliotecotecnologia;
 - bibliotecotecnografia.
4. Do ponto de vista de sua conservação:
 - ecdótica (intrínseca, da mensagem);
 - bibliofotografia (intrínseca, da mensagem, e também na sua forma original);
 - bibliopatologia;
 - biblioterapia;
 - bibliocirurgia;
 - biblioprofilaxia;

- bibliotecopatologia;
- bibliotecoterapia;
- bibliotecocirurgia;
- bibliotecoprofilaxia.

5. Do ponto de vista da sua posse e retenção pessoal:

- bibliofilia;
- bibliofobia;
- bibliomania;
- bibliolatria;
- bibliocleptomania;
- bibliognosia;
- bibliotafia (HOUAISS, 1967, p, 40).

No segundo tópico, 'do ponto de vista de sua sistematização' o termo bibliotecografia se relaciona com os aspectos da disposição sistemática das coleções de livros. Sob este termo, consta a catalografia, como aquela que "procura resolver os problemas suscitados pelos fichários, fichas, sua sistematização, sua consulta, sua eficácia classificatória, analítica, sintética, analítico-sintética, e remissiva" (HOUAISS, 1967, p. 40).

Os autores acima trabalham a catalografia sob olhares diferentes. Conforme Saldanha (2012), a Bibliologia, para Peignot, seria uma Macrociência, o que se distingue da definição de Houaiss. Peignot propõe uma ciência que abarcaria um conjunto de outros saberes ligados à figura da linguagem e Antonio Houaiss examina a Bibliologia com um escopo mais definido, uma Microbibliologia encaminhada para a relação entre Preservação e Editoração. Otlet trabalha com a "existência de uma Bibliologia geral, global e sintética, e de uma Bibliologia particular – ou conjunto de Bibliologias particulares –, que cobriria os diversos ramos de interesse sobre o objeto livro" (SALDANHA, 2012, p. 184).

Klim (1981, p. 50), autor soviético, utilizou o termo catalografia no sentido de teoria da descrição bibliográfica. De acordo com o autor, a descrição bibliográfica vai além da catalogação, pois é trabalhada em bibliografia, nos sistemas de informação científica e na indústria do livro, ou seja, seu papel centra-se no estudo dos padrões para o desenvolvimento da descrição, não somente nos catálogos de biblioteca, mas também em sistemas de recuperação da informação automatizados.

Klim (1981, p. 51) complementa dizendo que, embora o termo tenha sido usado por Otlet aplicado às noções de descrição do livro, dos inventários, dos catálogos e das bibliografias, foi Shamurin (1927)² quem propôs criar uma ciência independente da Bibliografia em texto intitulado 'Catalogação bibliográfica e catalografia'.

² A referência apresentada no artigo por Klim é: SHAMURIN, Evgenii Ivanovich. Bibliographic cataloging and catalography: an attempt at a theoretical justification. In: BIBLIOGRAPHY. Collection. Moscow-Leningrad: N. F. Yanitskii, 1927. p. 123-141. Não foi possível localizar o texto de Shamurin, pois ele foi publicado em russo. Tanto o texto de Klim quanto as referências contidas no artigo foram traduzidas do russo para o inglês. Todos os artigos publicados no fascículo de volume 1 do periódico *Scientific and Technical Information Processing*, juntamente com o de Klim, foram traduzidos. Shamurin, doutor em ciências pedagógicas e professor do Instituto de Bibliotecas em Moscou, foi um especialista da ciência do livro na antiga União Soviética. Contribuiu para o desenvolvimento da bibliografia e da ciência das bibliotecas. Suas principais obras são: '*Cataloging*', 1925, '*Methods of bibliographical work*', 1933, '*The systematic catalog and its organization*', 1936, e '*Essays on the history of the Library Bibliographical Classification*', vols. 1-2, 1955-1959, além da compilação do '*Dictionary of Book Science terminology*', de 1958 (SHAMURIN, 1970-1979).

Ao tratar de catalogografia, Klim (1981, p. 55) fala do processo de descrição bibliográfica de qualquer documento que é realizado em catálogos de biblioteca, arquivos de fichas, bibliografias, catálogos de editores, publicações de informações e sistemas de recuperação da informação automatizados. Klim (1981) apresenta três funções desempenhadas pela descrição bibliográfica: informação, identificação e recuperação.

A função de informação consiste, primeiramente, em prover informações sobre a existência de um documento específico e comunicar diversos tipos de informações sobre o documento (seus autores, título, tamanho, público a que se destina, por vezes sobre o conteúdo do título e informações sobre ele, bem como o título de série, etc.).

A função de identificação consiste em assegurar que a descrição bibliográfica e o documento a ela correspondente sejam idênticos. Para isso, os elementos da descrição bibliográfica devem ser formulados previamente e deve haver um número suficiente de elementos.

A função de recuperação consiste em que a descrição bibliográfica é um meio de se recuperar um documento necessário em qualquer sistema de recuperação da informação.

A ideia proposta por Peignot (1804) pelo termo catalogografia, depois por Otlet (1934, 1996), como catalogografia, assim como por Shamurin (1927), posteriormente, recuperado por Klim (1981), entre outros, refere-se, de modo abrangente à produção de repertórios bibliográficos, envolvendo os avanços realizados em torno dos catálogos de bibliotecas e de bibliografias. Interessante observar o percurso que Otlet realiza em seu Tratado de Documentação: inicia discutindo o conceito de livro em paralelo com a Bibliografia, no meio da obra estabelece um diálogo com a Bibliologia e, no final da primeira parte do Tratado, propõe o conceito de documento.

A descrição, segundo a Catalogografia, contribui para fundamentar teoricamente a Catalogação, uma vez que esse processo é identificado como operação necessária à produção de qualquer tipo de repertório bibliográfico, fornecendo generalização pertinente à consolidação da área e à formação para a prática profissional.

5 CONCLUSÃO

A descrição é uma técnica utilizada para representar documentos, produzindo uma mensagem por meio dos elementos que identificam o objeto, motivo pelo qual parte inicialmente do conhecimento que se tem do objeto.

Na parte sobre a descrição na Catalogação, Osborn (1941) apresenta a questão na figura dos catalogadores e dos administradores, indicando uma distância entre esses dois atores. De um lado a exacerbação de regras e princípios e, de outro, decisões sendo tomadas sem o entendimento dos princípios da técnica. Observa-se que nos dois casos a técnica da descrição é diminuída, ou por desconhecimento, ou pelo modo como as regras e definições foram cristalizadas.

Na parte sobre a descrição na Bibliografia, alguns apontamentos merecem atenção: primeiro, a época bibliófila da Bibliografia, no período de 1790 a 1810, em que os acervos bibliográficos foram confiscados, no contexto da Revolução Francesa e estudos financiados pelo governo subsidiaram a confecção de um código de catalogação; segundo, a época técnica, a partir de 1914, em que a Bibliografia envolveu processos de catalogação em bibliotecas e centros de documentação. Valeria investigar a criação do código de catalogação, na França, na época denominada literária ou bibliófila, em 1791, e a consolidação do trabalho nos centros de documentação proveniente de estudos da Bibliografia neste país.

Provavelmente, esses estudos podem apontar preciosos caminhos para o entendimento do processo descritivo.

Na parte sobre a descrição na Catalografia é apresentada a produção de repertórios bibliográficos como um processo abrangente aplicado às noções de descrição do livro para construção dos inventários, dos catálogos e das bibliografias. Atualmente, com a diversidade de sistemas de informação, uma Catalografia, como a ciência da descrição, segundo Shamurin (1927), seria capaz de pautar o processo descritivo desses sistemas?

Diferente da Bibliografia e da Catalogação, na Catalografia os autores falam de descrição como algo que se coloca de modo mais generalizante, fundamentado, não como uma prática aplicada a realidades parciais de organização da informação. Essa discussão é interessante, porque não é mais possível dar respostas práticas ou acadêmicas predominantemente em torno de soluções pontuais como as normas e as tecnologias.

REFERÊNCIAS

AMAT NOGUERA, Núria. **Documentación científica y nuevas tecnologías de la información**. 2. ed. Madrid : Pirámide, 1988. p. 21.

AMAT NOGUERA, Núria. **Técnicas documentales y fuentes de información**. Barcelona: Biblograf., 1979. p. 36.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

BESTERMAN, Theodore. **Les débuts de la bibliographie méthodique**. 3. ed. rev. Paris: La Palme, 1950.

BOWERS, Fredson. **Essays in bibliography, text and editing**. Charlottesville: University Press of Virginia for the Bibliographical Society of the University of Virginia, 1975. p. 37-53.

CHAUMIER, Jacques. **Les techniques documentaires**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

CLAPP, Verner W. The role of bibliographic organization in contemporary civilization. In: SHERA, Jesse H.; EGAN, Margaret E. (Ed.). **Bibliographic organization**: papers presented before the fifteenth annual conference of the Graduate Library School. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1950. p. 3-23.

COUTURE DE TROISMONT, Roberto. **Manual de técnicas en documentación**. Buenos Aires: Marymar, 1975.

CRIPPA, Giulia. Robert Darnton: a história do livro como contribuição aos estudos bibliográficos. In: SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo; SILVA, Márcia Regina da; MOSTAFA, Solange Puntel (Orgs.). **Os pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: e-papers, 2012. p. 49-59.

DESCRIÇÃO bibliográfica internacional normalizada (ISBD): edição consolidada. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012. Tradução e revisão técnica Rosa Maria Galvão e Margarida Lopes.

DESLEY, Tom. Standards for descriptive cataloguing: tow perspectives on the past twenty years. In: SVENONIUS, Elaine (Ed.). **The conceptual foundations of descriptive cataloging**. San Diego: Academic Press, c1989. p. 51-60.

FIGUEIREDO, Laura Maia de; CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. **Curso de bibliografia geral**: para uso dos alunos da escolas de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Record, 1967.

FONDIN, Hubert. Le structure et le vocabulaire de l'analyse documentaire: contribution pour une mise au point. **Documentaliste: Sciences de l'Information**, Paris, v. 14, n. 2, p. 11-16, mars. 1977.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio Luis. **Lingüística documental**. Barcelona: Mitre, D.L. 1984.

GARDIN, Jean-Claude; GROLIÉ, Eric de; LEVER, Francis. **L'organisation de la documentation scientifique**. Paris: Gauthier Villars, 1964.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. Fundamentos del análisis documental. In: LÓPEZ YEPES, José (Coord.). **Manual de ciencias de la documentación**. 2. ed. Madrid: Ediciones Pirámide, 2006. cap. 16, p. 337-357.

GORMAN, Michael. 1941: an analysis and appreciation of Andrew Osborn's "the crisis in cataloging". **Serials Librarian**, New York, v. 6, n. 2/3, p. 127-131, winter/spring 1981/1982.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MORAES, João Batista Ernesto de; GUARIDO, Maura Duarte Moreira. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. **Ibersid**: revista de sistemas de información y documentación, Espanha, v. 1, p. 93-99, 2007. Disponível em: <http://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3267/3028>. Acesso em: 13 mar. 2016.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. cor. e aum. Brasília: IBICT: FBB, 1994.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliologia**. Rio de Janeiro: HUCITEC, 1967. 2 v.

IZQUIERDO ARROYO, José-María. **La organización documental del conocimiento**. I/1: el marco documental. Madrid: Tecnidoc, 1994.

KLIM, I. L. Developing a theory of bibliographic description. **Scientific and Technical Information Processing**, [Russia], v. 1, p. 50-58, 1981.

LIBRARY OF CONGRESS. **Regras de catalogação descritiva na Library of Congress: adotadas pela American Library Association**. Washington: The Library of Congress, 1956. Tradução de: Maria Luisa Monteiro da Cunha.

LÓPEZ YEPES, José. **Nuevos estudios de documentación**: el proceso documental en las ciencias de la comunicación social. Madrid: Instituto Nacional de la Publicidad, 1978. p. 112

MALCLÈS, Louise Noëlle. **La bibliographie**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires, 1962.

MALCLÈS, Louise Noëlle. **La bibliographie**. Paris: Presses Universitaires, 1956.

MALINCONICO, S. Michael. Technology and standards for bibliographic control. **Library Quartely**, Chicago, v. 47, n. 3, p. 308-325, 1977.

MIJAILOV, A. I.; CHERNII, A. I.; GUILIAREVSKII, R. S. **Fundamentos de la informática**. La Habana: Academia de Ciencias de Cuba, Instituto de Documentación e Información Científica y Técnica, 1973.

MORALEZ LÓPEZ, Valentino. El desarrollo histórico del concepto bibliografía. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 14, n. 29, p. 151-166, jul./dic. 2000. Disponible em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/3949/0>. Acceso em: 13 mar. 2016.

MORALEZ LÓPEZ, Valentino. **La bibliotecología y estudios de la información: análisis histórico-conceptual**. México, D.F.: El Colegio del Mexico, 2008.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. **El contenido de los documentos textuales: su análisis y representación mediante el lenguaje natural**. Gijón: Trea, 2004.

ORTEGA, Cristina Dotta. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 7-17, jan./abr. 2010. Disponible em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/481>. Acceso em: 13 mar. 2016

OSBORN, Andrew D. The crisis in cataloging. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 11, n. 4, Oct. 1941, p. 393-411.

OTLET, Paul. **El Tratado de documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica**. Tradução de María Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**. Le livre sur le livre. Théorie et pratique. Bruxelas: Mundaneum, 1934.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie: supplément**. Paris: Chez Villier, 1804.

PENSATO, Rino. **Curso de bibliografía: guía para la compilación y uso de repertórios bibliográficos**. Gijón: Trea, 1994.

PINTO MOLINA, María. **Análisis documental: fundamentos y procedimientos**. 2. ed. rev. y aum. Madrid: EUDEMA, 1993. p. 239.

PINTO MOLINA, María. Introducción al análisis documental y sus niveles: el análisis de contenido. **Boletín de la Anabad**, Madrid, t. 39, n. 2, p. 323-341. 1989.

ROBINSON, Anthony Meredith Lewin. **Systematic bibliography: a practical guide to the work of compilation**. London: Clive Bingley, 1966.

RUIZ PÉREZ, Rafael. **El análisis documental**: bases terminológicas, conceptuales y estructura operativa. Granada: Universidad: Grupo de Trabajo de Información y Documentación de la Comisión Española de Cooperación con la UNESCO, 1992.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Uma filosofia da Ciência da Informação**: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/667/1/saldanha2012.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SHAMURIN, Evgenii Ivanovich. In: **THE GREAT Soviet Encyclopedia**. 3rd. ed. 1970-1979. Disponível em: <http://encyclopedia2.thefreedictionary.com/Shamurin%2c+Evgenii+Ivanovich>. Acesso em: 13 mar. 2016.

SIMÓN DÍAZ, José. **La bibliografía**: conceptos y aplicaciones. Barcelona: Planeta, 1971.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

VICKERY, Brian Campbell. Analysis of information. In: **ENCYCLOPEDIA of Library and Information Science**. Nueva York: Marcel Dekker, 1969. v. 1, p. 335.

Editores do artigo: Adilson Luiz Pinto e Rafaela Paula Schmitz